30

PRIMEIRA-SECRETARIA RECEBIDO nesta Secretaria Em, 09/07/07 às 17:05 horas

Marchell 119215

Aviso nº 594 - C. Civil.

Em 03 de fulho de 2007.

TVR Nº. 171/07

A Sua Excelência o Senhor Deputado OSMAR SERRAGLIO Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 47, de 19 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Paz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no município de Planaltina, Estado de Goiás.

Atenciosamente,

DILMA ROUSSEFF

Ministra de Estado Chefe da Casa Civil

da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA

Ao Senhor Secretário-Geral

da Mesa.

Deputado OSMAR SERVAGLI Primeiro-Secretário

## Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 47, de 19 de janeiro de 2007, que outorga autorização à Associação Comunitária Rádio Paz FM para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Planaltina, Estado de Goiás.

Brasília, 3 de julho de 2007.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL.
Serrelaria de Administração
Directoria do Recursos Localidade/COLID

OOCUMENTO ASSINADO DUETROASCAMENTE
- CONFERE COM O GRIGINAL.
Enceide Rock igues de Alcümiqua
Brasila de O DO D. 1

MC 00030 EM

Brasilia, 5 de fevereiro de 2007.

## Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

- 1. Encaminho a Vossa Excelência Portaria de Outorga de Autorização e respectiva documentação para que a Associação Comunitária Rádio Paz FM, no Município de Planaltina, Estado de Goiás, explore o serviço de radiodifusão comunitária, em conformidade com o caput do art. 223, da Constituição e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
- 2. A entidade requereu ao Ministério das Comunicações Interino sua inscrição para prestar o serviço de radiodifusão comunitária, cuja documentação inclui manifestação de apoio da comunidade, numa demonstração de receptividade da filosofia de criação desse braço da radiodifusão, de maneira a incentivar o desenvolvimento e a sedimentação da cultura geral das localidades postulantes.
- 3. Como se depreende da importância da iniciativa comandada por Vossa Excelência, essas ações permitem que as entidades trabalhem em conjunto com a comunidade, auxiliando não só no processo educacional, social e cultural mas, também, servem de elo à integração, por meio de informações benéficas a todos os segmentos e a todos esses núcleos populacionais.
- 4. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito, o que se conclui da documentação de origem, consubstanciada no Processo Administrativo nº 53670.001247/2002, que ora faço acompanhar, com a finalidade de subsidiar os trabalhos finais.
- 5. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a outorga de autorização, objeto do presente processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, a teor do § 3º, do art. 223, da Constituição Federal.

Respeitosamente,

PORTARIA № 47

DE 19 DE

JANEIRO DE 2007.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES INTERINO, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo art. 1º do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53670.001247/2002 e do PARECER/MC/CONJUR/EMT/Nº 0105 – 1.08/2007, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Rádio Paz FM, com sede na QD. 191, lote 04 — Brasilinha Sudoeste, no município de Planaltina, Estado de Goiás, para executar serviço de radiodifusão comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2<sup>0</sup> A entidade autorizada deverá operar com o sistema irradiante localizado nas coordenadas geográficas com latitude em 15°25'33"S e longitude em 47°36'43"W, utilizando a frequência de 98.1 MHz.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição, devendo a entidade iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de seis meses a contar da data de publicação do ato de deliberação.

Art. 4<sup>0</sup> Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO R. LOPES DE OLIVEIRA Ministro de Estado das Comunicações Interino